
INTERDISCIPLINARIDADE, TRANSVERSALIDADE E FORMAÇÃO DE PROFESSORES¹

Rui Ribeiro de Campos² (1948-2015)

Rui, Presente!

“Ocultar o começo, as origens, é, muitas vezes, uma forma de adiar a chegada do novo”.

Rui Ribeiro de Campos (2004, p. 06)

“Mudou o interesse das oligarquias quanto à educação no aspecto quantitativo; no passado não havia interesse na instrução das massas populares e hoje sim, nos centros mais industrializados, pois um trabalhador alfabetizado (e, se possível, acrítico) produz mais. É importante lembrar que a escola mais massiva é um fenômeno da sociedade capitalista. E que a situação de dependência não significa a impossibilidade de se ter um sistema educacional independente e que mesmo este, enquanto passivo, não concorre para colaborar na transformação”.

Rui Ribeiro de Campos (1993, p. 69)

¹ O presente ensaio foi apresentado em 2006 no Encontro das Licenciaturas da PUC-Campinas. A família do autor falecido em 2015, autorizou os editores da RVG a fazerem a publicação póstuma. Professor Rui Ribeiro de Campos, presente!

² Graduação em Filosofia, em Estudos Sociais (Licenciatura Curta) e em Geografia (Licenciatura Plena) pela PUC-Campinas. Terminou, em 1997, o Mestrado em Educação pela PUC-Campinas “A Geografia Brasileira, dentro e fora da sala de aula: uma ciência em construção” e, em 2004, o Doutorado em Geografia “A Dimensão Populacional na Obra de Josué de Castro” pela Unesp-Rio Claro. Realizou, entre 2013-2014, um pós-doutorado na Faculdade de Educação da Unicamp intitulado: “Análise crítica da obra de Vidal de La Blache e de sua influência no Ensino de Geografia no Brasil”. Foi professor do Ensino Médio por 25 anos; também, até 2012, da Faculdade de Geografia da PUC-Campinas, na qual, lecionava as disciplinas Epistemologia da Geografia, Pensamento Geográfico Brasileiro, Tópicos Contemporâneos de Geografia Mundial e Geografia Política. Pesquisou principalmente os seguintes temas: história da Geografia europeia e da brasileira, Josué de Castro e a relação entre temas da Geografia e a Música Popular Brasileira (MPB). Publicou diversos artigos em revistas de divulgação e científicas e, em 2011, pela Paco Editorial, o livro “Breve Histórico do Pensamento Geográfico Brasileiro nos Séculos XIX e XX” e, no início de 2014, pela Editora J. H. Mizuno: Geografia Política das Drogas Ilegais e “África Subsaariana: características básicas, partilha europeia e alguns conflitos” pela Paco Editorial. Foi Professor Adjunto de História do Pensamento Geográfico, no curso de Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF), em Angra dos Reis (IEAR).



Interdisciplinaridade é aqui entendida como a tentativa de integração de conteúdos de diversas ciências, mas a partir do conhecimento profundo dos especialistas das mesmas. Nela não se perde a identidade, mas se busca a totalidade do fenômeno (e não de todos os fatos); é a possibilidade de entender a presença do todo nas partes, compreender como as partes específicas estão entre si relacionadas, para se ter uma visão de conjunto. Como o objeto da Geografia é o espaço produzido, é o estudo da sociedade sob o ângulo espacial, as possibilidades de atividades interdisciplinares são diversas.

A especificidade da Geografia, como saber, ocorre na relação entre a natureza e a sociedade; necessita trabalhar temas que relacionem aspectos fisiográficos, sociais e técnicos, trabalhando “*a singularidade do local, a particularidade do regional e a universalidade do global*”. Para isso, necessita incorporar contribuições de outras ciências para ser capaz de compreender, de explicar, de desvendar a realidade. É necessário realizar uma análise integrada e integradora, e isso não se pode fazer sem o concurso de outras ciências.

Analisando, historicamente, o curso de Geografia da PUC-Campinas, que era somente de licenciatura, foi um bom curso na preparação de docentes; valioso para isto foi o fato de quase todos os seus professores possuírem experiência de trabalho nos ensinos fundamental e médio. Atualmente ele possui a ênfase em Gestão Territorial e Ambiental, integra o Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias (CEATEC) e é, com o curso de Matemática, os dois que também possuem licenciatura neste Centro.

Portanto, no curso de Geografia, formamos concomitantemente bacharel e licenciado em quatro anos, com atividades basicamente no período noturno. Pretende-se preparar o aluno com algumas qualidades básicas, consideradas imprescindíveis para o exercício da profissão. Como bacharel (geógrafo) é fundamental o domínio das técnicas e dos instrumentos referentes ao levantamento de dados, a capacidade de interpretar os resultados, e também a de propor soluções que visem o bem-estar da maioria. Entretanto, para realizar isto, necessita de embasamento teórico para que, no uso de modelos (que são hipóteses), não os transforme em lei. Modelo é uma idealização, é uma aproximação da realidade e não a realidade; é um instrumento e não uma norma. Os dados são importantes mas, por si só, não se explicam. Projetar o futuro e colocá-lo como inevitável, é aceitar determinismos e anular a História como um processo. Restringir-se à quantificação de fatos que são essencialmente qualitativos, é descaracterizá-los.

Como ao mesmo tempo ele se prepara para a docência, como licenciado (professor de Geografia), é importante gostar de ensinar e não abrir mão de condições adequadas de trabalho onde isto é possível. É saber que, na sala de aula (dos ensinos fundamental e médio), a ciência geográfica é um meio para provocar o pensar e para desvelar a realidade. Para realizar isto, e também ser capaz de trabalhos interdisciplinares, há necessidade de possuir densidade de conteúdo. Somente com um conteúdo rigoroso se é capaz de trabalhar com a dúvida. Isso também não se consegue realizar sem teorias norteadoras. É a teoria que *costura* o conteúdo, é ela que orienta a prática e que permite apontar futuros. O atual desprezo pela teoria decorre da imposição daqueles que desejam a perpetuação do atual presente e faz com que professores se agarrem a qualquer novidade “*modernosa*”, pois não sabem para onde caminhar e necessitam de quem os conduza.

Depara-se, entretanto, com um despreparo da maioria dos que entram na Universidade, mas não se deve abrir mão da exigência da qualidade. As recentes mudanças no sistema educacional brasileiro, preocupadas em melhorar os índices oficiais, e ainda a atuação de pedagogos despreparados, fizeram com que a democratização do acesso à escola fosse confundida com a *pauperização* do ensino e desqualificação do saber. Decorrente disto, naqueles cursos nos quais a demanda é pequena, o vestibular não exige preparação e nem realiza uma real seleção. Os cursos de licenciatura ainda têm um outro problema: alguns os procuram por considerá-los “*mais fáceis*” e não porque o desejam realmente. Frente a isso, a atitude mais correta continua sendo a de não abrir mão da qualidade. Mas, para manter isso, o primeiro ano do curso universitário é fundamental e nele as preocupações básicas devem ser: retomar conteúdos, ensinar técnicas de estudo e pesquisa, e procurar diminuir os *desnivelamentos*.

Para isso, o número de alunos em sala de aula precisa ser menor nas séries iniciais (podendo ser maior no período final). Para oitenta ou cem alunos não se dá aula e sim palestra. Para a recuperação, é necessária uma maior aproximação. Entretanto, pouco se consegue se o aluno não estiver disposto a estudar e não confiar nas propostas dos professores.

Formar os jovens não deve ser uma obrigação exclusiva da escola. Em uma sala de aula de nível superior é necessário formar pessoas que pensem, que formulem novas questões. A Instituição deve ter outros objetivos, mas não pode exigir de todos os seus profissionais atitudes formativas fora do âmbito específico. O professor não pode ser o responsável pela resolução de certos problemas que a família e a sociedade não têm sido capazes de solucionar. Isso se faz com exemplos, com atitudes adequadas.

Para os jovens, notadamente no ensino médio, a postura do professor é importante. Entre as características desta postura, podemos elencar algumas: atitudes coerentes no lugar de

sermões; crença na vida e em uma sociedade mais justa; respeito aos alunos, não deixando de preparar as aulas; vinculação do conteúdo à vida, no sentido de transformá-la para melhor; valorização da desigualdade dos seres humanos, não da sócio-econômica e sim do respeito às diferenças; ser político, mas não partidário. Isso exige algumas posturas interdisciplinares.

Além disso, é preciso saber que o seu papel em sala de aula, como docente, se modificou, que a realidade é hoje mais complexa. Não cabe mais ficar restrito a informações isoladas. Descrições, dados, fatos etc., a mídia mostra de modo mais competente. Precisamos ser capazes de mostrar o oculto, estabelecer liames, enfrentar a (falsa) unilateralidade da realidade.

Algumas teorias educacionais falam em deslocar a responsabilidade do processo de ensino/aprendizagem, centrada no professor, para o aluno, na direção do *aprender a aprender*. A proposta de que o aluno precisa “*aprender a aprender*” é antiga. Deslocar a responsabilidade centrada no professor para uma centrada no aluno, dependendo do entendimento disto, é incorrer no mesmo erro. Um dos grandes problemas da educação sempre foi o autoritarismo docente quanto à imposição de verdades, sem as causas (“*é por que é*”, “*é por que eu estou dizendo*”), sem diálogo, desconectadas de um processo histórico de criação da ciência (como se já tivessem sido estabelecidas no Gênesis), sem a colocação de posições divergentes.

Entre os pontos mais críticos de algumas propostas está a demasiada valorização da forma em detrimento do conteúdo, o aumento da burocracia (no sentido negativo do termo), a transformação do plano de curso em *torniquete*, dificultando alterações no meio da jornada (se ocorre uma guerra, mas ela não estava prevista no conteúdo programático, não posso estudá-la com os alunos?), a falta de integração entre os conteúdos e (em diversos casos) o elevado número de alunos em sala de aula.

A preparação correta do futuro professor, além de possibilitar a interdisciplinaridade, pode permitir que nas escolas onde irão atuar os professores sejam os condutores do projeto pedagógico (e a assessoria permanecer restrita ao significado do termo), ou seja, impedir que o *burocrático* prevaleça sobre o pedagógico.

Na licenciatura, atingiria um nível considerado de excelência, um curso que conseguisse preparar professores capazes de improvisar, de criar em situações novas. Isto só é possível com alunos que, no final do curso, possuam um conteúdo básico consistente, conheçam o percurso de construção de sua área de trabalho e que tiveram disciplinas pedagógicas vinculadas à sua disciplina e à realidade existente.

A sala de aula é diferente em cada bairro ou de um curso para outro; é, normalmente, um encontro/confronto entre grupos heterogêneos. Muitos pedagogos têm dado uma importância exagerada ao aluno como sujeito de sua aprendizagem, como se ele fosse um “*self-*

made schoolboy”. Ora, quem organiza a possibilidade deste aprender é o professor; é ele o grande proponente de questões (esta é a mudança; antes ele oferecia soluções definitivas). E se este professor já trilhou o processo de construção de sua disciplina, pode ajudar na busca de outros caminhos ou de como se safar nas encruzilhadas.

Uma das possibilidades mais ricas de interdisciplinaridade e de transversalidade é a realização de um estudo do meio nos ensinos fundamental ou médio; mas esta técnica não deve ser utilizada somente por uma disciplina, o que a descaracteriza. Um dos saberes que integram o ensino pode ser o principal deste estudo, mas não o único, desde que possua condições de se integrar com outros saberes. Em um estudo do meio bem feito é possível trabalhar regras e valores com a classe; ele também permite maior conhecimento pois o aluno estará frente à realidade estudada, possibilita perceber que a realidade engloba diversas disciplinas, conviver com colegas fora do ambiente escolar, aprender a ver e a fazer relatório e outros aspectos.

Estes fatos são difíceis de serem realizados em escolas que tem o conteúdo didático pronto, separado por aulas, onde não existe espaço para o professor ser criativo ou adequá-lo à realidade. O professor tem de segui-lo ou, então, não está dando o que julgam ser necessário para o *marketing* da escola. Este tipo de material é mais propício para docentes pobres de conteúdo e para escolas que necessitam dar todo o conteúdo que cai nos vestibulares, independentemente se seus alunos aprendem ou não.

Nos ensinos fundamental e médio, as dificuldades por que passam os professores da rede pública, aliadas à perda de prestígio e de salário, estão fazendo com que haja uma queda na procura, inclusive por parte de alguns que gostariam de exercer a docência. Se a licenciatura curta retornar – para formar professores *curtos* que aceitam salários curtos –, teremos um triste passado pela frente. Necessitamos, urgentemente, de bons projetos de licenciatura, principalmente nas universidades públicas. Além disso, a Geografia – que deu um grande salto com a atuação de Milton Santos – precisa definir melhor o seu objeto. O seu antigo papel de estimuladora do nacionalismo patriótico através do *amor ao território*, a sua atuação como disciplina de um *amontoado* de informações desconexas, a sua definição como síntese (no sentido positivista) dos conhecimentos relativos ao homem e ao meio físico (o que acabou colocando quase tudo como seu objeto de estudo e deixando-a indefinida quanto ao mesmo), não servem mais. Ela precisa discutir e clarificar seu objeto, seu método e seu papel pois a realidade e, portanto, o meio geográfico (caracterizado, por Milton Santos, como técnico-científico-informacional) é outro.

No ensino médio (e procurando demonstrar/analisar estas atividades na preparação de professores, no ensino superior) integrei experiências significativas como, entre várias, o estudo

da Ásia Ocidental ou Oriente Médio (com diversas disciplinas, inclusive Matemática) e a análise da década de 1960 no Brasil (com História, Filosofia, Literatura e Educação Artística). Antes de me desligar do ensino médio em 2000, elaborei uma proposta (publicada pelo Cadernos do ICH, n.10, e intitulada *Canudos: a guerra nas caatingas*) sobre um trabalho interdisciplinar a respeito de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, que envolveria Literatura, História, Biologia e Geografia; infelizmente, não foi aplicada, o que me impede de avaliá-la. A atividade mais importante que tenho realizado é um trabalho com Literatura, no estudo da região Nordeste, através da análise de *Morte e Vida Severina*, de João Cabral de Melo Neto, que sempre foi gratificante.

A riqueza da Geografia é a convivência entre paradigmas, o que vai além do esoterismo científico da proposta kuhniana. O surgimento de novos paradigmas – e opção por um deles – tem reflexos na atividade docente, pois possibilita a análise de novas realidades com novos instrumentos (mas com os mesmos valores). Em cada período histórico, o espaço geográfico é outro e as ferramentas conceituais para a sua análise precisam ser readequadas. Um conceito que se aplicava à sociedade do passado nem sempre dá conta da atual, pois a realidade é outra.

Entretanto, a Interdisciplinaridade não é possível de ser realizada com professores que não se reúnam, que não estudem juntos, que se fecham no casulo de suas disciplinas e que consideram a sua área mais importante que as outras.

Para poder realizar isto, insisto, o professor deve possuir uma teoria pois sem ela não se caminha. A teoria é o pressuposto, é o que dá competência para agir e, principalmente, para improvisar (aqui significando criatividade para alterar a rota, para se chegar ao proposto no início). Pois uma das finalidades essenciais do ato de educar é provocar o pensar, pois tudo o que se aceita a priori como definitivo não ilumina e, sim, cega, oblitera a razão.

PRINCIPAIS PUBLICAÇÕES DO AUTOR:

CAMPOS, Rui Ribeiro de. Breve histórico da Educação brasileira . **Cadernos do ICH**, ICH-PUCCAMP, v. 02, p. 01-73, 1993.

CAMPOS, Rui Ribeiro de. O golpe nas ciências humanas: 1964 e Estudos Sociais. **Geografia** (Rio Claro) , Rio Claro, SP, v. 27, n.3, p. 29-70, 2002.

CAMPOS, Rui Ribeiro de. **A dimensão populacional na obra de Josué de Castro**. Tese (Doutorado em Geografia). Rio Claro: UNESP, 2004.

CAMPOS, Rui Ribeiro de. Cinema, Geografia e Sala de Aula. **Estudos Geográficos (UNESP)**, v. IV, p. 01-22, 2006.

CAMPOS, Rui Ribeiro de. Entrevista - Licenciatura: memórias e vivências. **Série Acadêmica** (PUCAMP), Campinas (SP), p. 39 - 42, 01 dez. 2007.

CAMPOS, Rui Ribeiro de. Notas sobre a Guerra de Canudos e a Música Popular Brasileira. **Geografia** (Rio Claro. Impresso) , v. 35, p. 197-219, 2010.

CAMPOS, Rui Ribeiro de. **Breve Histórico do Pensamento Geográfico Brasileiro nos Séculos XIX e XX**. 1ª. ed. Jundiaí (SP): Paco Editorial, 2011. v. 01. 608p.

CAMPOS, Rui Ribeiro de. **Geografia política das drogas ilegais**. 1ª. ed. Leme (SP): J.H.Mizuno, 2014. v. 01. 168p .

CAMPOS, Rui Ribeiro de. **África Subsaariana: características básicas, partilha europeia e alguns conflitos**. 1ª. ed. Jundiaí (SP): Paco Editorial, 2014. v. 1. 312p.

CAMPOS, Rui Ribeiro de. A Guerrilha do Araguaia. **Sinpro Cultura**, Campinas - SP, p. 31 - 47, 10 dez. 2014.

CAMPOS, Rui Ribeiro de. Uma Breve Análise da Obra 'Princípios de Geografia Humana', de Vidal de La Blache. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 42, p. 64-83, 2015.

CAMPOS, Rui Ribeiro de. A Influência da Escola Possibilista Francesa no Ensino de Geografia no Brasil. In: **XV Encuentro de Geógrafos de América Latina - EGAL**, 2015, La Habana. Memórias do XV EGAL. Havana (Cuba), 2015. v. 1. p. 267-281.

Artigo recebido em: 21 de novembro de 2022.

Artigo aceito em: 23 de dezembro de 2022.

Artigo publicado em: 23 de dezembro de 2022.